



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL  
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL  
PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0002434, DE 16 de Junho de 2020.

O Diretor-Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições e, Considerando o disposto no § 1º do art. 3º do Decreto n. 13.990, de 02 de julho de 2014 que regulamenta a Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul;

Considerando a Resolução SEMADE n. 21, de 27 de novembro de 2015 que estabelece normas e procedimentos para a Outorga de Uso de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Considerando o deferimento com bases nos elementos do processo nº. 0001053/2020.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar os atos relacionados com as Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul, devidamente registrados no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos – CEURH, discriminados abaixo:

|   |   |
|---|---|
| Ato                                     | OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS                                |
| Objeto do Ato                           | Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes da DURH009992        |
| Requerente                              | 16.697.730/0001-23 - ARIEL TRANPORTE, MINERAÇÃO E CIA LTDA - ME               |
| Tipo de Ponto de Interferência          | Captação Superficial  |
| Finalidade de Uso                       | Mineração   |
| Município                               | IVINHEMA  |
| Unidade de Planejamento e Gerenciamento | IVINHEMA  |
| Coordenadas do Ponto de Interferência   | Latitude: -22° 14' 30.06" - Longitude: -53° 47' 39.64" - Projeção:SIRGAS 2000 |
| Vazão Outorgada                         | 37,50 m³/h  |

|   |   |
|---|---|
| Ato                                     | OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS                                |
| Objeto do Ato                           | Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes da DURH009993        |
| Requerente                              | 16.697.730/0001-23 - ARIEL TRANPORTE, MINERAÇÃO E CIA LTDA - ME               |
| Tipo de Ponto de Interferência          | Lançamento, Transporte e Disposição Final de Efluentes                        |
| Finalidade de Uso                       | Mineração   |
| Município                               | IVINHEMA  |
| Unidade de Planejamento e Gerenciamento | IVINHEMA  |
| Coordenadas do Ponto de Interferência   | Latitude: -22° 14' 29.63" - Longitude: -53° 47' 38.42" - Projeção:SIRGAS 2000 |
| Vazão Lançada                           | 30,00 m³/h  |

**Art. 2º** O Outorgado constante nesta portaria deverá cumprir as seguintes condicionantes:

1 Condicionantes Gerais:

1. Implantar e manter em funcionamento equipamentos para monitoramento contínuo da vazão captada, conforme RESOLUÇÃO SEMADE 021/2015 - Manual de Outorga.
2. Encaminhar relatório anual de monitoramento, conforme modelo da RESOLUÇÃO SEMADE Nº 21/2015, no mês em que completar um ano da data da publicação da Portaria de Outorga.
3. O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.
4. A Outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente: I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL  
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL  
**PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0002434, DE 16 de Junho de 2020.**

emitidas; II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

5. A renovação da Outorga deverá ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data limite de sua vigência.

6. O Outorgado deverá manter no local do empreendimento, a outorga de recursos hídricos.

7. A Outorga poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, nas seguintes circunstâncias: I - não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga; II - ausência de uso por três anos consecutivos; III - necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas; IV - necessidade de prevenir ou de reverter grave degradação ambiental; V - necessidade de atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas; VI - indeferimento ou cassação de licença ambiental; VII - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos.

8. O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual 2.406 de 29 de Janeiro de 2002.

9. A Outorga não implica alienação total ou parcial das águas, mas o simples direito de uso.

10. Constitui infração das normas de utilização dos recursos hídricos aquelas elencadas no Art. 24 do Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.

11. A Outorga não exige o outorgado do cumprimento da legislação ambiental pertinente ou das exigências de outros órgãos e entidades competentes.

12. Os quantitativos outorgados neste ato poderão ser alterados em decorrência de condições climáticas adversas, de alocações de água, de marcos regulatórios, de condições especiais de uso da água, ou ainda da necessidade de se atender a usos prioritários.

#### 2 Condicionantes Específicas:

1. Esta Portaria refere-se ao direito de captar água do Córrego Ponta Porã, com a finalidade de extração de 150m<sup>3</sup>/dia de areia, na propriedade denominada Lote 11, Quadra 35, Gleba Piravevê, município de Ivinhema, com as seguintes características:

- a) Vazão máxima de captação de 37,5m<sup>3</sup>/h operando 6h/dia, 22 dias/mês, todos os meses do ano;
- b) Vazão máxima de lançamento de 30m<sup>3</sup>/h operando 6h/dia, 22 dias/mês, todos os meses do ano;
- c) Poligonal do Processo do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM n.º 868.156/2017

2. O outorgado deverá apresentar a renovação do Registro de Licença N. 24/2018, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de 20/06/2021. O não cumprimento desta condicionante implica no cancelamento automático desta Portaria;

3. O Outorgado deverá adotar metodologia para monitoramento da vazão captada e lançada. A metodologia adotada deverá ser descrita no Formulário Monitoramento – Captação Superficial por bombeamento;

4. O monitoramento deverá ser realizado mensalmente e a apresentação dos dados deverá ocorrer anualmente por meio de preenchimento do Formulário Monitoramento – Captação Superficial por bombeamento, anexados ao processo de outorga de direito de uso, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar de um ano da data de publicação desta portaria, assinados por responsável técnico com respectiva ART, conforme esta e demais orientações estabelecidas na Resolução SEMADE n.º 21, de 27 de novembro de 2015.

**Art. 3º** As características técnicas dos usos de recursos hídricos do empreendimento constante desta Resolução estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.imasul.ms.gov.br>.

**Art. 4º** O requerente constante nesta portaria deverá cumprir, naquilo que lhe couber, os dispositivos no Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.

**Art. 5º** Esta portaria tem efeito legal até 16 de Junho de 2030.

**Art. 7º** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANDRÉ BORGES BARROS DE ARAUJO

Diretor Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

**Assinado Digitalmente**



GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL  
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL  
**PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0002434, DE 16 de Junho de 2020.**

---

Valide este documento em [servicos.imasul.ms.gov.br](https://servicos.imasul.ms.gov.br), informando o código de segurança 8178250720002476 na opção "Validação de Portaria de Outorga".

